

BRB: Governador deve respostas aos funcionários e à sociedade

Sex, 19 de Outubro de 2012

Três dias após tornar pública a demissão do presidente do BRB, Jacques Pena, o governador Agnelo Queiroz, que assumiu compromisso de valorizar o banco e seus funcionários quando candidato, ainda não deu explicações sobre o porquê da demissão de Pena.

Conforme o Sindicato suscitou em matéria sobre a decisão de Agnelo, não há aparentemente nada que motivasse a troca na presidência do banco, com todas as implicações decorrentes de uma ação como essa. Aliás, em matérias publicadas na imprensa de Brasília, o que há são indicações de que Pena está fazendo um excelente trabalho à frente do banco, o que se materializa no próprio resultado alcançado pelo BRB no primeiro semestre deste ano, o maior lucro para o período. Isso aliado a uma visão dos funcionários de que a instituição está em boas mãos, com ele, Pena, e sua equipe de diretores conduzindo o BRB rumo a sua consolidação em Brasília como um dos mais importantes indutores do crescimento da região.

O governador obviamente pode alegar que se trata de questões de governo, e que o cargo é de livre nomeação por ele, dentro da concertação política que o apoia. Porém, o que o Sindicato reitera é que, muito acima e além das questões de governo, há as questões de Estado, e o banco é um instrumento de Estado que pertence à sociedade. Dessa forma deve ser tratado com respeito e cuidado especiais, principalmente por se tratar de empresa extremamente sensível, fruto de sua própria natureza.

As informações recentes apontam a indicação do ex-secretário de Desenvolvimento do DF, Abdon Henrique, para o cargo. O Sindicato questiona esta indicação por se tratar, de acordo com o que se comenta na própria imprensa do DF, de alguém sem experiência no setor, o que denota uma temeridade que pode inclusive colocar o governador diante de uma situação delicada: a desaprovação de Abdon pelo Banco Central.

Diante disso, o Sindicato entende que este deve ser o momento de o governo dar uma resposta e uma satisfação à sociedade e ao conjunto de trabalhadores do banco. Uma das formas de se fazer isto e resgatar o respeito que estes devem ter para com o governo pode se traduzir na indicação de alguém de carreira do próprio banco para assumir a presidência. Um funcionário ou funcionária capacitado para o cargo, com experiência e mostra inequívoca de compromisso com o banco. Aliás, esta foi a solução encontrada pelo ex-presidente Lula no comando dos dois maiores bancos estatais federais, Caixa e BB, com resultados excepcionais para aquelas instituições, para a sociedade e também para o governo.

“Não se pode brincar com uma instituição como o BRB, que tem uma história de mais de 46 anos de dedicação de seus funcionários na busca para torná-lo uma empresa de excelência em sua relação com a sociedade do DF. O governador deve respeito a esta instituição, a seus funcionários e principalmente a seus donos, o povo de Brasília”, diz o diretor do Sindicato Antonio Eustáquio.

Da Redação

Compartilhe:

A quem interessa a mudança na presidência do BRB?

Ter, 23 de Outubro de 2012



Crédito : Maíra Lima

Enquanto presidenta do Sindicato dos Bancários na década de 90, junto com as bancárias e bancários do BRB e com a diretoria sindical, participei ativamente da luta e do debate pela sua defesa e permanência como banco público estadual.

Naquele momento, havia mais de 30 bancos estaduais. Hoje são apenas cinco! Tenho imensa satisfação de que o BRB ocupe lugar de destaque entre eles.

Durante esses anos todos, continuei acompanhando e apoiando o empenho diário e a dedicação incansável de seus trabalhadores e de suas trabalhadoras na busca pelo fortalecimento permanente da instituição.

Como bancária, cidadã e, hoje, deputada federal pude participar da luta contra os diversos ataques feitos ao banco em governos anteriores, especialmente durante as gestões do Roriz e do Arruda. Com certeza, se não fosse a firme mobilização e o profissionalismo de seus empregados, o BRB teria sido privatizado, com graves prejuízos para a população e para a economia do Distrito Federal.

Como parte da estratégia adotada por tais governos visando ao enfraquecimento do banco, destaca-se a escolha de dirigentes sem qualquer compromisso com o interesse público e com a prática da boa gestão corporativa. Ao longo desse período, muitas operações financeiras foram autorizadas sem a necessária análise técnica e correta avaliação do elevado nível de risco que ofereciam, sendo decididas apenas com base em critérios políticos ou de relações pessoais.

Em uma dessas operações o BRB sofreu um prejuízo estimado em R\$ 134 milhões, ao adquirir, em 2009, títulos do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que não tinham qualquer aceitação no mercado financeiro. Em outra operação, que mereceu grande repercussão na imprensa, cheques foram compensados sem o cumprimento de normas legais.

Com a força dos bancários e a atuação parlamentar e na sociedade, resistimos, avançamos, obtivemos inclusive pontos programáticos sobre o BRB inscritos no programa do atual governo de Agnelo. Até o momento, a gestão do banco neste governo vem apresentando resultado positivo, cumprindo aspectos importantes compromissados na plataforma eleitoral e governamental, como, por exemplo, a presença de dirigentes de carreira na governança corporativa e nos negócios e serviços, na perspectiva de expansão e retomada da função estratégica que a instituição já cumpre e pode cumprir ainda mais.

Todos os indicadores apontam nesse sentido, a exemplo do lucro recorde de 115 milhões no primeiro semestre e do crescimento de mais de 30% no crédito geral, com a maior rentabilidade patrimonial entre os bancos médios.

Cumprir lembrar também que, a exemplo do que acontece com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil no plano federal, o BRB desempenha um papel importante como indutor do desenvolvimento da economia do Distrito Federal, particularmente neste momento em que, por meio da redução das taxas de juros praticadas, pode contribuir para viabilizar o financiamento de muitos projetos do setor produtivo local.

Para nossa surpresa e profunda decepção, contudo, os avanços recentes estão seriamente ameaçados de grave retrocesso. De fato, sem que tenham sido devidamente apresentados os motivos para isso, no último dia 17, foi anunciada abruptamente a substituição de Jacques Pena na presidência do banco. Registre-se que esta é a segunda vez que a presidência do BRB é trocada em menos de dois anos.

Registre-se também que essa instabilidade no comando da instituição pode comprometer a sua gestão e fragilizar o seu desempenho no mercado financeiro, haja vista a descontinuidade na definição de prioridades e na execução do planejamento traçado.

O novo presidente indicado por Agnelo é Abdon Henrique, empresário, amigo pessoal do governador, e, ao que me consta, sem qualquer experiência na área bancária ou no mercado financeiro. Não estão claros os critérios adotados na escolha do Abdon e tampouco se tais critérios são compatíveis com os princípios republicanos que devem nortear a gestão da coisa pública.

Não me parece que a forma, sem consulta aos anseios da corporação e aos atores que historicamente com ela são compromissados, e o mérito da decisão tenham primado pelo conhecimento detido a respeito da vida e missão institucional do banco. Também não parece que tenha havido a necessária e desejável sensibilidade aos percalços antes sofridos, cuja expectativa com a vinda do governo que apoiamos, mas não transigimos em apontar falhas, é justamente a reversão daquele quadro de maus momentos passados.

Ressalta no ar um clima de desrespeito, senão descaso com a história do BRB, sua importância para o DF e região, seus funcionários e clientes, sua situação e posição no mercado e no sistema bancário. Considero, portanto, que o governador Agnelo deveria oferecer explicações públicas mais detalhadas sobre esse caso, inclusive para que não parem dúvidas sobre os reais motivos e interesses que levaram à substituição do presidente do BRB.

Por isso, coloco-me, como sempre, à disposição dos bancários e bancárias do BRB, para as providências que se façam devidas quanto ao andamento da gestão no banco, além das que, por compromisso, já estou tomando no sentido de esclarecer a motivação de mais uma descontinuidade administrativa, e defender a melhor vocação para o Banco de Brasília na sua função absolutamente imprescindível ao desenvolvimento do DF e centro-oeste.

Um forte abraço,

ERIKA KOKAY
Deputada Federal - PT

Compartilhe:

Sabatina para nova presidência do BRB não vai além de trivialidades

Qui, 01 de Novembro de 2012



Como o Sindicato dos Bancários de Brasília já se posicionou na primeira hora do anúncio da demissão de Jacques Pena da presidência do BRB, a segunda troca em menos de dois anos, permanece acesa a pergunta ao governador Agnelo Queiroz: Por quê? Quais as razões? Qual a motivação administrativa e técnica? Houve alguma falha na gestão?

Para quem entende o mínimo de mercado financeiro, do sistema bancário e da história e posição atual do Banco de Brasília, do compromisso, do profissionalismo e das lutas do seu corpo de funcionários, essas perguntas só aumentaram de grau diante da sabatina do presidente indicado, Abdon Henrique, realizada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa do Distrito Federal na quarta-feira (31).

Após a sabatina, o nome de Abdon Henrique foi aprovado pelo plenário da CEOF. No entanto, para ser sacramentado como presidente do BRB, ainda precisa ser deliberado pelo plenário da Câmara Legislativa e pelo Banco Central.

Durante a sabatina, acompanhada de perto pelo Sindicato, ficou visível a falta de substância das suas respostas. “Em geral, lacônicas, no máximo alcançando o nível da generalidade, passando por critérios não técnicos, tais como: amigo do governador, dos deputados distritais, homem de trabalho e boa fé, disposto a aprender, não vai dar aula de finanças, mas seu histórico de empresário comerciante o credencia a honrar a responsabilidade delegada pelo amigo governador”, afirma o diretor do Sindicato André Nepomuceno, que acompanhou a audiência pública da CEOF. “Aliás, é de estranhar muito a ausência de currículo detalhado na mensagem enviada pelo governo à Comissão”, acrescentou o dirigente sindical, que também é bancário do BRB.

Atenção, deputados

O Sindicato, mas não só o Sindicato, não viu ainda pontos minimamente suficientes para cumprir com o requisito de um corpo dirigente com base técnica e profissional.

“Por isso, alerta para o conjunto de deputados, que não analisaram a indicação nesta quarta (31) mesmo por falta de quórum, que prestem atenção cuidadosa nos pressupostos de Abdon Henrique para o cargo, comparem com as sabatinas anteriores e os conteúdos e domínio expressados pelos então candidatos à liderança do banco, e não negligenciem a sua tarefa de zelar pela melhor administração, visando os mais altos interesses da instituição e de sua função pública”, destaca o secretário de Estudos Socioeconômicos do Sindicato, Antonio Eustáquio, que também é bancário do BRB.

Pelo porte e pela importância que tem como instituição pública de fomento ao desenvolvimento, o BRB não é lugar para testes e aprendizes. Seguindo esse raciocínio, uma pergunta fica no ar: o governador, que é médico, daria um hospital para qualquer pessoa sem experiência em administrar?

Sindicato exige compromisso com a transparência, a lisura e a ética

Em nota distribuída aos parlamentares, funcionários do banco e assessores que acompanharam a sabatina, o Sindicato exige de quem vier a ser presidente do BRB, além de capacidade técnica, compromisso com a transparência, a lisura e a ética.

No texto, os dirigentes sindicais afirmam que um banco se insere em um dos mais concorridos mercados em nossa economia. “Sendo assim, qualquer deslize que coloque em xeque sua capacidade de gerar caixa, honrar compromissos e disponibilizar produtos diferenciados pode ser fatal para sua sobrevivência”, diz a nota.

O Sindicato está vigilante, entende que mais essa descontinuidade administrativa, considerada ainda a forma açodada como foi comunicada pelo governador, é negativa, quebra a cadeia de ações que vinha sendo positiva na empresa e levanta muita dúvida.

Junto aos funcionários e a todos os atores que têm a responsabilidade de primar por uma gestão profissional e ética, ainda mais diante do contexto de mercado e de gestão financeira, o Sindicato envidará todos os esforços para que se entenda que o BRB não precisa de ‘curingas’ amigos do governador para fazer a experiência de administrar.

O Sindicato continua a solicitar explicações e a acompanhar rigorosamente as próximas medidas, como sempre fez, independentemente dos mais diversos governos e gestões.

Da Redação

Compartilhe:



Política local

GDF omite currículo de candidato à presidência do BRB, denuncia oposição

12:54:01

Com a aprovação do nome de Abdon Henrique para a presidência do Banco de Brasília (BRB) pela Comissão de Orçamento Finanças da Câmara Legislativa, a deputada oposicionista Liliane Roriz (PSD) decidiu cobrar do governo do Distrito Federal mais informações sobre a vida profissional do aspirante ao cargo. A distrital alega que o Buriti não enviou a formação acadêmica de Abdon, requisito fundamental para a indicação à vaga. ...

A resolução 3041 do Banco Central sustenta que é condição para o exercício de cargos de diretoria de instituições financeiras no Brasil possuir formação acadêmica específica e experiência profissional comprovadas na área. “Por algum motivo, o governo omitiu essa informação na mensagem que chegou para os parlamentares. É uma exigência do Banco Central e vamos cobrá-la”, sustentou a distrital.

Na Câmara Legislativa, a Comissão de Orçamento é composta por maioria governista, o que inviabilizaria qualquer tipo de questionamento pela oposição sobre a indicação do governador Agnelo Queiroz (PT). Como protesto, as opositoras decidiram não participar da sabatina do aspirante à presidência do BRB, realizada na manhã de quarta-feira (31).

Na mensagem encaminhada pelo governador Agnelo Queiroz (PT), além de não informar a formação específica, não há menção sobre cargos ocupados por Abdon Henrique que demonstrem experiência na área financeira. “Não adianta o GDF querer agir de forma autoritária, mesmo porque o nome do candidato ainda será analisado pelo Banco Central. Os concursados do BRB também vão cobrar”, afirmou a oposicionista.

Durante a sabatina na Câmara Legislativa, mesmo sem as informações profissionais exigidas, o nome de Abdon Henrique foi aprovado por quatro dos cinco votos da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Acatada, a indicação seria votada no mesmo dia em plenário, mas a falta de quórum parlamentar impediu finalizar a tramitação do processo na Casa. De lá, o nome de Abdon Henrique ainda será analisado pelo conselho do Bacen.

Leia a resolução do Banco Central:

BANCO CENTRAL

Resolução nº 3.041, de 28 de novembro de 2002

(http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_3041_v3_P.pdf)

Estabelece condições para o exercício de cargos em órgãos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Art. 4º É também condição para o exercício dos cargos de conselheiro de administração, de diretor ou de sócio-gerente das instituições referidas no art. 1º possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo para o qual foi eleito ou nomeado.

Parágrafo 1º A capacitação técnica de que trata o caput deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de declaração, justificada e firmada pelas instituições referidas no art. 1º, submetida à avaliação do Banco Central do Brasil, concomitantemente aos correspondentes atos de eleição ou nomeação.

Leia agora a Mensagem 406/2012 enviada ao Legislativo do DF pelo governador Agnelo Queiroz:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 30.10.12
[Signature]
Presidente da Câmara

MENSAGEM

Nº 409 /2012-GAG

Brasília, 30 de outubro de 2012.

PROG 026 /2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para encaminhar à apreciação dessa Casa, nos termos do art. 60, inciso XXXV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a indicação do Sr. ABDON HENRIQUE DE ARAUJO para ocupar o cargo de Presidente do Banco de Brasília – BRB.

Filho de Cicero Henrique de Araujo e Maria Liça de Araujo, natural de Iara-CE e nascido em 1945, o indicado tem papel destacado no meio empresarial e já desempenhou várias funções na Administração Pública no meu Governo e no Governo de Cristóvão Buarque, como ainda em instituições privadas, como as seguintes:

- 1) Presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga;
- 2) Conselheiro Nato da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga;
- 3) Primeiro Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais;
- 4) Membro da Academia Taguatinguense de Letras;
- 5) Administrador Regional do Lago Sul por dois períodos;
- 6) Administrador Regional de Taguatinga;
- 7) Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

[Handwritten signature]
12/12/12

A Sua Excelência o Senhor
Deputado PATRÍCIO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

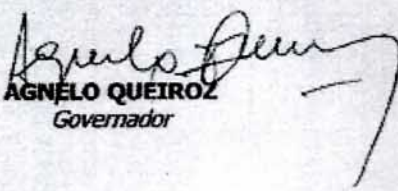


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por se tratar de pessoa conhecida em nossa cidade e com experiência de gestão, creio que Abdon possui as qualidades técnicas necessárias ao desempenho do cargo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador

Sindicato vai ao Banco Central questionar capacidade de Abdon, indicado pelo governador para presidir o BRB

Seg, 05 de Novembro de 2012

Maira Lima



Em audiência realizada na quinta-feira (1º) no Banco Central (Bacen), o Sindicato dos Bancários de Brasília, juntamente com a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), se reuniu com o chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) do Bacen, Adalberto Gomes da Rocha. Esse departamento é o responsável pela avaliação dos nomes indicados para ocuparem cargos diretivos nas instituições financeiras. Dessa forma, é ele quem dará a palavra final sobre a capacidade de Abdon Henrique, indicado pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, para presidir o BRB.

Pelo demonstrado na sabatina ocorrida no dia 31 de outubro na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa do DF, o que se evidencia é que Abdon, por mais 'disposição e vontade de trabalhar' que tenha, conforme suas palavras, não demonstrou capacidade técnica para administrar o BRB. Isso foi deixado claro pela deputada Erika Kokay e também pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, representado na reunião com o Bacen pelos diretores Antonio Eustáquio, funcionário do BRB, e Eduardo Araújo, funcionário do BB e representante de Brasília no Comando Nacional dos Bancários.

Adalberto Gomes disse que, assim que receber a indicação, o Bacen fará minuciosa análise da conduta e também do currículo do indicado, primando pela observância da capacitação técnica. Afirmou ainda que recentemente um indicado para compor a diretoria da BRB DTVM foi considerado inapto para o cargo, o que demonstra a preocupação do Bacen em referendar o nome de pessoas realmente capacitadas e de conduta ilibada.

O Sindicato espera uma averiguação realmente minuciosa por parte do Bacen, caso o nome de Abdon chegue ao órgão de fiscalização do sistema financeiro, pois, também em passado não tão recente, o Bacen já aprovou nome de indicado para a presidência do BRB que veio a ser preso, envolvido em esquemas de corrupção.

"O banco não pode ser tratado como instrumento para acertos políticos. E se o governador não pensa assim, esperamos que o Bacen coloque as coisas em seus devidos lugares: para administrar banco, necessita-se de pessoas capacitadas efetivamente, e não apenas o fato de que sejam amigas do governador como elemento mais importante do currículo", critica Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

Da Redação

S.O.S Brasília, DF

Qui, 08 de Novembro de 2012

COLUNA - Rosângela Bittar

O morador de Brasília viu ontem, bestificado de inveja, a mobilização do ministro da Justiça do governo federal petista, José Eduardo Cardozo, para levantar-se da cadeira e ir ajudar São Paulo a enfrentar onda de violência fora do comum. Na capital da República, sede do governo federal, a violência é extraordinária há muito tempo, a polícia sumiu das ruas para ocupar cargos administrativos, os sequestros, assaltos, homicídios chegaram muito perto da Esplanada dos Ministérios, já atingiram os filhos do poder, sem que a presidente Dilma Rousseff e o ministro Cardozo esboçassem reação. Nem de medo.

A saúde e o atendimento hospitalar já são folclóricos, tal a situação de descalabro; a educação anda para trás; o caos nos transportes e no trânsito deixam perplexos os amantes da racionalidade: sem transporte público eficiente em quantidade e qualidade, a cidade viu de repente serem criados corredores de ônibus absolutamente inúteis e vazios enquanto os carros se espremem em duas faixas das avenidas de acesso às quadras residenciais, pela direita, para serem multados ao invadir obrigatoriamente o espaço do ônibus inexistente. Apagões de energia, em Brasília, são rotina acima da média nacional sem que a companhia de eletricidade receba investimentos.

Multiplicam-se os problemas de toda ordem, a cada eleição a cidade vai passando de uma mão à outra, de um escândalo de corrupção a outro, de Roriz para Arruda, de Arruda para quatro interinos em um ano, dos quatro para Agnelo, de uma Câmara Legislativa que caiu do chão em que já se encontrava na Operação Caixa de Pandora para outra já quase 100% comprometida com os meios e modos do novo governo local.

Agnelo Queiroz foi do PCdoB ao PT para se cacifar para esta candidatura, ocupou dois cargos federais no governo petista e saiu dos dois arrastando atrás de si desconfianças que ainda não conseguiu superar. Já no governo, tem um auxiliar muito próximo, responsável pelo praticamente único investimento para o qual todo dinheiro produzido no governo é canalizado - o estádio da Copa - nas denúncias Carlos Cachoeira.

O PT fez uma intervenção quando sentiu a possibilidade de o governador não se levantar e lhe impôs dois nomes, Swedenberger Barbosa, um técnico ligado ao ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, com dez anos de experiência no Palácio do Planalto, e Paulo Barreto, ex-ministro da Justiça, um na Casa Civil, outro no Planejamento, mas não conseguiram domar nem política nem administrativamente o governo.

A Câmara Distrital tem 24 deputados, o governo conta com o apoio de 21 e agora incorporará os três do PSD de Gilberto Kassab. É que os cargos no governo são distribuídos por deputados, não por partidos. No Congresso Nacional, a conversa do chefe do governo brasileiro é com o senador Gim Argello (PTB), que sequer integrou sua campanha e é um político biografado nos grupos da direita e denunciados que dominaram a política local até aqui e não com os políticos sérios da bancada federal, mais considerados pela população, como os Senadores Cristovam Buarque (PDT), Rodrigo Rollemberg (PSB) e o deputado Reguffe (PDT).

A bancada federal - três Senadores e oito deputados - não tem alinhamento com o governador e faz cobranças, até por escrito, sequer respondidas. Os três últimos episódios mais desgastantes para o governador, sobre os quais ainda nada esclareceu, foram, primeiro, um contrato obscuro com uma empresa Cingapura, sem licitação, para fazer o planejamento econômico do Distrito Federal pelos próximos 50 anos. A empresa não tem economistas na sua estrutura nem especialistas que possam lidar com qualquer projeto para uma cidade tombada como patrimônio da humanidade. Nenhuma instituição local foi ouvida sobre o assunto. Quando a bancada ameaçou fazer uma denúncia do contrato, o governador convidou a todos para uma reunião em que explicaria suas razões para tal iniciativa mas, na véspera, publicou o contrato e os parlamentares, diante do fato consumado, cancelaram o encontro.

Outro episódio do qual a bancada federal e também a bancada petista da Câmara Distrital desconfiam é o da demissão, repentina e sem justificativa, do presidente do BRB, o banco local, Jaques Pena, um petista histórico com carreira técnica consolidada no próprio banco. Foi trocado por Abdon Araújo, um dos quatro amigos que Agnelo tem mais próximos: os outros três são Claudio Monteiro, o responsável pelo estádio, Rafael de Aguiar, o secretário de Saúde, e o advogado Luis Carlos Alcoforado.

O senador Cristovam Buarque disse, da tribuna, que já tinha ouvido falar em partidização de banco, mas em patotização de banco, não. A esperança dos políticos federais é a intervenção do Banco Central nessa nomeação.

O terceiro episódio desgastante, ainda sendo digerido pela bancada, é o da privatização do lixo. O governo local anunciou, também de repente e sem debate, uma PPP de R\$ 11,7 bilhões, em 30 anos, para privatização do processamento do lixo em

Brasília. Diante da revolta dos setores políticos da cidade o governador recuou num primeiro momento, para retomar a iniciativa agora, com audiência pública marcada para semana que vem.

A cidade vive o caos em todos os serviços públicos e o governo não tem um projeto que o unifique, a não ser o samba de uma nota só da construção do estádio sanguessuga. O PAC do entorno virou pó desde que o constrangimento uniu em abraço de afogados nas águas de Cachoeira os governadores Agnelo Queiroz e Marconi Perillo (PSDB). Contra Cingapura e terceirização do lixo, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg entraram com ação no Ministério Público, mas os três políticos da bancada federal que têm sido mais exigidos pelos eleitores não podem muito mais do que a reação política e o discurso da tribuna.

Cristovam, cujo partido está formalmente na oposição, defende que se faça um pouco mais que discurso para dar um governo digno ao Distrito Federal em 2014, e um nome possível seria o do deputado federal Reguffe (PDT), bem votado e avaliado. Rollemberg, do PSB, ainda em processo de discussão com suas bases sobre rompimento da aliança, também não está alheio à situação. Tem defendido uma articulação à esquerda, com PSB, PDT, PSOL, PPS, para tentar interromper, em 2014, essa triste sina da capital da República.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

Compartilhe:

0

< Anterior

Próximo >

'Reputação é valor jurídico subjetivo, mas deve ser verificado com rigor'



Qui, 08 de Novembro de 2012

Na linha de frente das ações de combate aos maus administradores, o procurador-geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, admite que a reputação é um valor jurídico subjetivo, mas que deve ser verificado com rigor para autorizar pessoas a gerir recursos em instituições financeiras. Nessa verificação, o BC faz uma análise do passado de cada gestor, buscando desde advertências que cada um tenha sofrido até ações penais que respondem na Justiça.

Em entrevista ao **Valor**, ele revela que o Supremo Tribunal Federal (STF) inspirou o BC ao decidir a favor da Lei da Ficha Limpa. A decisão tomada pela Corte no ano passado fez com que o banco se sentisse juridicamente autorizado a buscar cada vez mais a boa reputação nas instituições financeiras. O objetivo dessas ações, diz, é manter a credibilidade do Sistema Financeiro. "É preciso ser rigoroso contra quem atenta contra esse valor."

A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Por que o BC está mais rigoroso na análise da conduta dos dirigentes bancários?*

Isaac Sidney Menezes Ferreira: Antes, via-se apenas a capacidade técnica do administrador. Agora, não. O BC faz análise rigorosa dos requisitos da boa fama e da idoneidade dos dirigentes.

Valor: *Como o BC analisa a reputação de dirigentes de bancos?*

Ferreira: A reputação de dirigentes de instituições financeiras é rigorosamente analisada pelo BC antes da homologação dos seus nomes, sendo monitorada durante sua gestão. Quem deixar de reunir condições é excluído e penalizado. A regra, portanto, é ficha limpa antes, durante e depois, com punição quando cabível.

Valor: *De que maneira o BC pode negar a homologação de dirigentes com base num critério subjetivo, como reputação ilibada?*

Ferreira: A Lei nº 4.595, de 1964, estabelece que incumbe ao BC estabelecer condições para a posse e o exercício de quaisquer cargos de administração, bem como para funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes de instituições financeiras privadas. E a Resolução nº 4.122 do CMN exige, entre outras condições, a reputação ilibada para a homologação do nome dos administradores.

Valor: *Como o BC analisa previamente os nomes desses dirigentes?*

Ferreira: Os bancos têm 15 dias para nos enviar os nomes daqueles que foram eleitos para as suas diretorias e nós temos 60 dias para aceitar ou recusar. O BC pode solicitar documentos e informações adicionais, inclusive para autoridades competentes no exterior. Os eleitos também podem ser convocados para entrevistas.

Valor: *Por que essa análise sobre a reputação dos dirigentes se tornou tão importante para o BC?*

Ferreira: O exame da reputação ilibada é um instrumento necessário para garantir a confiança creditada ao próprio Sistema Financeiro. Por esse critério, o que se coloca em jogo é a higidez e a credibilidade do sistema cujo funcionamento regular depende da inevitável confiança que permeia as relações entre depositantes e as instituições.

Valor: *Qual o conceito de reputação ilibada do BC?*

Ferreira: Trata-se de um conceito jurídico indeterminado, que detém certo grau de fluidez, pois envolve a formação de um juízo de valor no exame de cada caso concreto. Tal conceito reflete a consideração de fenômenos diversos relacionados à vida pregressa e à fidedignidade social do indivíduo. Os ocupantes de cargos relevantes em instituições financeiras devem ter uma conduta pautada pela ética e probidade, não se admitindo o envolvimento em fatos que possam comprometer a confiança exigida no exercício de sua atividade.

Valor: *E quais critérios o BC vai utilizar para julgar os dirigentes?*

Ferreira: A reputação ilibada é interpretada caso a caso, a partir de uma aceção necessária, adequada e proporcional diante dos fatos verificados. É preciso verificar tanto o interesse do particular em exercer determinada atividade quanto o interesse público na preservação de um Sistema Financeiro que promova o desenvolvimento equilibrado do país e sirva os interesses da coletividade.

Valor: *Quais fatos são levados em conta para analisar a reputação dos dirigentes bancários?*

Ferreira: Há vários precedentes, como ações penais, inquéritos policiais, ações civis públicas ou de improbidade. Há decisões prévias sobre inabilitação temporária ou suspensão para o exercício da função no banco, além de processos administrativos e fatos flagrantes.

Valor: *Se o BC desabilitar um dirigente que apenas responde a processo, sem condenação final da Justiça, ele não estará ferindo o princípio da presunção da inocência?*

antecipação da inabilitação, mas apenas o exercício do poder de polícia na modalidade de consentimento pela qual a Administração Pública controla preventivamente o exercício de uma atividade relevante para o interesse coletivo.

Valor: *A Procuradoria do BC está ajudando o Ministério Público nas ações contra administradores envolvidos em fraudes?*

Ferreira: A Procuradoria está atuando ao lado do MP em ações penais que move contra ex-dirigentes. No caso do Panamericano, encaminhamos os nomes dos ex-dirigentes para o MP e todos respondem a ações nas quais o BC é assistente. O objetivo é o de contribuir com a repressão aos crimes financeiros para proteção, em última análise, de todos os que confiam seus recursos e economias às instituições bancárias.

Valor: *Se o objetivo dessas ações é o de garantir a confiança no Sistema Financeiro, por que entrar com ações nos casos em que os bancos tiveram solução de mercado?*

Ferreira: A solução de mercado não afasta a penalização dos responsáveis pela má gestão. Nós temos que evitar a quebra de instituições que tenham soluções de mercado, decretando regimes especiais diversos. Mas isso não muda em nada a gravidade de eventuais ilícitos que tenham sido cometidos pelos seus dirigentes.

Valor: *Como é feita a responsabilização dos maus dirigentes bancários nesses casos?*

Ferreira: É preciso garantir a indisponibilidade de bens de ex-administradores, assegurar a punição. O foco da atuação do BC é a tutela da estabilidade e da solidez do Sistema Financeiro em sua dimensão sistêmica. A credibilidade é a base do Sistema Financeiro, que vive dos depósitos de quem confia suas economias a bancos e afins. É preciso ser rigoroso com quem atenta contra esse valor.

Valor: *E como fica a situação dos credores de um banco que foi mal administrado?*

Ferreira: Resguardar credores de boa fé e responsabilizar, com rigor, os maus administradores são duas faces da mesma moeda e o BC, na condição de curador da estabilidade e da confiança no Sistema Financeiro, não vai hesitar em ser o guardião desses valores. (JB)

Fonte: Valor Econômico

Compartilhe:

S.O.S Brasília, DF

Rosângela Bittar

Valor Econômico - 07/11/2012

O morador de Brasília viu ontem, bestificado de inveja, a mobilização do ministro da Justiça do governo federal petista, José Eduardo Cardozo, para levantar-se da cadeia e ir ajudar São Paulo a enfrentar onda de violência fora do comum. Na capital da República, sede do governo federal, a violência é extraordinária há muito tempo, a polícia sumiu das ruas para ocupar cargos administrativos, os sequestros, assaltos, homicídios chegaram muito perto da Esplanada dos Ministérios, já atingiram os filhos do poder, sem que a presidente Dilma Rousseff e o ministro Cardozo esboçassem reação. Nem de medo.

A saúde e o atendimento hospitalar já são folclóricos, tal a situação de descalabro; a educação anda para trás; o caos nos transportes e no trânsito deixam perplexos os amantes da racionalidade: sem transporte público eficiente em quantidade e qualidade, a cidade viu de repente serem criados corredores de ônibus absolutamente inúteis e vazios enquanto os carros se espremiam em duas faixas das avenidas de acesso às quadras residenciais, pela direita, para serem multados ao invadir obrigatoriamente o espaço do ônibus inexistente. Apagões de energia, em Brasília, são rotina acima da média nacional sem que a companhia de eletricidade receba investimentos.

Multiplicam-se os problemas de toda ordem, a cada eleição a cidade vai passando de uma mão à outra, de um escândalo de corrupção a outro, de Roriz para Arruda, de Arruda para quatro interinos em um ano, dos quatro para Agnelo, de uma Câmara Legislativa que caiu do chão em que já se encontrava na Operação Caixa de Pandora para outra já quase 100% comprometida com os meios e modos do novo governo local.

Agnelo Queiroz foi do PCdoB ao PT para se cacifar para esta candidatura, ocupou dois cargos federais no governo petista e saiu dos dois arrastando atrás de si desconfianças que ainda não conseguiu superar. Já no governo, tem um auxiliar muito próximo, responsável pelo praticamente único investimento para o qual todo dinheiro produzido no governo é canalizado - o estádio da Copa - nas denúncias Carlos Cachoeira.

O PT fez uma intervenção quando sentiu a possibilidade de o governador não se levantar e lhe impôs dois nomes, Swedenberger Barbosa, um técnico ligado ao ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, com dez anos de experiência no Palácio do Planalto, e Paulo Barreto, ex-ministro da Justiça, um na Casa Civil, outro no Planejamento, mas não conseguiram domar nem política nem administrativamente o governo.

A Câmara Distrital tem 24 deputados, o governo conta com o apoio de 21 e agora incorporará os três do PSD de Gilberto Kassab. É que os cargos no governo são distribuídos por deputados, não por partidos. No Congresso Nacional, a conversa do chefe do governo brasileiro é com o senador Gim Argello (PTB), que sequer integrou sua campanha e é um político biografado nos grupos da direita e denunciados que dominaram a política local até aqui e não com os políticos sérios da bancada federal, mais considerados pela população, como os senadores Cristovam Buarque (PDT),

Rodrigo Rollemberg (PSB) e o deputado Reguffe (PDT).

A bancada federal - três senadores e oito deputados - não tem alinhamento com o governador e faz cobranças, até por escrito, sequer respondidas. Os três últimos episódios mais desgastantes para o governador, sobre os quais ainda nada esclareceu, foram, primeiro, um contrato obscuro com uma empresa Cingapura, sem licitação, para fazer o planejamento econômico do Distrito Federal pelos próximos 50 anos. A empresa não tem economistas na sua estrutura nem especialistas que possam lidar com qualquer projeto para uma cidade tombada como patrimônio da humanidade. Nenhuma instituição local foi ouvida sobre o assunto. Quando a bancada ameaçou fazer uma denúncia do contrato, o governador convidou a todos para uma reunião em que explicaria suas razões para tal iniciativa mas, na véspera, publicou o contrato e os parlamentares, diante do fato consumado, cancelaram o encontro.

Outro episódio do qual a bancada federal e também a bancada petista da Câmara Distrital desconfiam é o da demissão, repentina e sem justificativa, do presidente do BRB, o banco local, Jaques Pena, um petista histórico com carreira técnica consolidada no próprio banco. Foi trocado por Abdon Araújo, um dos quatro amigos que Agnelo tem mais próximos: os outros três são Claudio Monteiro, o responsável pelo estádio, Rafael de Aguiar, o secretário de Saúde, e o advogado Luis Carlos Alcoforado.

O senador Cristovam Buarque disse, da tribuna, que já tinha ouvido falar em partidização de banco, mas em patotização de banco, não. A esperança dos políticos federais é a intervenção do Banco Central nessa nomeação.

O terceiro episódio desgastante, ainda sendo digerido pela bancada, é o da privatização do lixo. O governo local anunciou, também de repente e sem debate, uma PPP de R\$ 11,7 bilhões, em 30 anos, para privatização do processamento do lixo em Brasília. Diante da revolta dos setores políticos da cidade o governador recuou num primeiro momento, para retomar a iniciativa agora, com audiência pública marcada para semana que vem.

A cidade vive o caos em todos os serviços públicos e o governo não tem um projeto que o unifique, a não ser o samba de uma nota só da construção do estádio sanguessuga. O PAC do entorno virou pó desde que o constrangimento uniu em abraço de afogados nas águas de Cachoeira os governadores Agnelo Queiroz e Marconi Perillo (PSDB). Contra Cingapura e terceirização do lixo, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg entraram com ação no Ministério Público, mas os três políticos da bancada federal que têm sido mais exigidos pelos eleitores não podem muito mais do que a reação política e o discurso da tribuna.

Cristovam, cujo partido está formalmente na oposição, defende que se faça um pouco mais que discurso para dar um governo digno ao Distrito Federal em 2014, e um nome possível seria o do deputado federal Reguffe (PDT), bem votado e avaliado. Rollemberg, do PSB, ainda em processo de discussão com suas bases sobre rompimento da aliança, também não está alheio à situação. Tem defendido uma articulação à esquerda, com PSB, PDT, PSOL, PPS, para tentar interromper, em 2014, essa triste sina da capital da República.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

'Reputação é valor jurídico subjetivo, mas deve ser verificado com rigor'

Qui, 08 de Novembro de 2012

Na linha de frente das ações de combate aos maus administradores, o procurador-geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, admite que a reputação é um valor jurídico subjetivo, mas que deve ser verificado com rigor para autorizar pessoas a gerir recursos em instituições financeiras. Nessa verificação, o BC faz uma análise do passado de cada gestor, buscando desde advertências que cada um tenha sofrido até ações penais que respondem na Justiça.

Em entrevista ao **Valor**, ele revela que o Supremo Tribunal Federal (STF) inspirou o BC ao decidir a favor da Lei da Ficha Limpa. A decisão tomada pela Corte no ano passado fez com que o banco se sentisse juridicamente autorizado a buscar cada vez mais a boa reputação nas instituições financeiras. O objetivo dessas ações, diz, é manter a credibilidade do Sistema Financeiro. "É preciso ser rigoroso contra quem atenta contra esse valor."

A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Por que o BC está mais rigoroso na análise da conduta dos dirigentes bancários?*

Isaac Sidney Menezes Ferreira: Antes, via-se apenas a capacidade técnica do administrador. Agora, não. O BC faz análise rigorosa dos requisitos da boa fama e da idoneidade dos dirigentes.

Valor: *Como o BC analisa a reputação de dirigentes de bancos?*

Ferreira: A reputação de dirigentes de instituições financeiras é rigorosamente analisada pelo BC antes da homologação dos seus nomes, sendo monitorada durante sua gestão. Quem deixar de reunir condições é excluído e penalizado. A regra, portanto, é ficha limpa antes, durante e depois, com punição quando cabível.

Valor: *De que maneira o BC pode negar a homologação de dirigentes com base num critério subjetivo, como reputação ilibada?*

Ferreira: A Lei nº 4.595, de 1964, estabelece que incumbe ao BC estabelecer condições para a posse e o exercício de quaisquer cargos de administração, bem como para funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes de instituições financeiras privadas. E a Resolução nº 4.122 do CMN exige, entre outras condições, a reputação ilibada para a homologação do nome dos administradores.

Valor: *Como o BC analisa previamente os nomes desses dirigentes?*

Ferreira: Os bancos têm 15 dias para nos enviar os nomes daqueles que foram eleitos para as suas diretorias e nós temos 60 dias para aceitar ou recusar. O BC pode solicitar documentos e informações adicionais, inclusive para autoridades competentes no exterior. Os eleitos também podem ser convocados para entrevistas.

Valor: *Por que essa análise sobre a reputação dos dirigentes se tornou tão importante para o BC?*

Ferreira: O exame da reputação ilibada é um instrumento necessário para garantir a confiança creditada ao próprio Sistema Financeiro. Por esse critério, o que se coloca em jogo é a higidez e a credibilidade do sistema cujo funcionamento regular depende da inevitável confiança que permeia as relações entre depositantes e as instituições.

Valor: *Qual o conceito de reputação ilibada do BC?*

Ferreira: Trata-se de um conceito jurídico indeterminado, que detém certo grau de fluidez, pois envolve a formação de um juízo de valor no exame de cada caso concreto. Tal conceito reflete a consideração de fenômenos diversos relacionados à vida pregressa e à fidúcia social do indivíduo. Os ocupantes de cargos relevantes em instituições financeiras devem ter uma conduta pautada pela ética e probidade, não se admitindo o envolvimento em fatos que possam comprometer a confiança exigida no exercício de sua atividade.

Valor: *E quais critérios o BC vai utilizar para julgar os dirigentes?*

Ferreira: A reputação ilibada é interpretada caso a caso, a partir de uma aceção necessária, adequada e proporcional diante dos fatos verificados. É preciso verificar tanto o interesse do particular em exercer determinada atividade quanto o interesse público na preservação de um Sistema Financeiro que promova o desenvolvimento equilibrado do país e sirva os interesses da coletividade.

Valor: *Quais fatos são levados em conta para analisar a reputação dos dirigentes bancários?*

Ferreira: Há vários precedentes, como ações penais, inquéritos policiais, ações civis públicas ou de improbidade. Há decisões prévias sobre inabilitação temporária ou suspensão para o exercício da função no banco, além de processos administrativos e fatos flagrantes.

Valor: *Se o BC desabilitar um dirigente que apenas responde a processo, sem condenação final da Justiça, ele não estará ferindo o princípio da presunção da inocência?*

Ferreira: Como decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Lei da Ficha Limpa, o princípio da presunção da inocência não é absoluto. Ele admite exceções. Deve-se fazer um juízo de ponderação em cada caso. E nesse exame sobre a reputação não há

antecipação da inabilitação, mas apenas o exercício do poder de polícia na modalidade de consentimento pela qual a Administração Pública controla preventivamente o exercício de uma atividade relevante para o interesse coletivo.

Valor: *A Procuradoria do BC está ajudando o Ministério Público nas ações contra administradores envolvidos em fraudes?*

Ferreira: A Procuradoria está atuando ao lado do MP em ações penais que move contra ex-dirigentes. No caso do Panamericano, encaminhamos os nomes dos ex-dirigentes para o MP e todos respondem a ações nas quais o BC é assistente. O objetivo é o de contribuir com a repressão aos crimes financeiros para proteção, em última análise, de todos os que confiam seus recursos e economias às instituições bancárias.

Valor: *Se o objetivo dessas ações é o de garantir a confiança no Sistema Financeiro, por que entrar com ações nos casos em que os bancos tiveram solução de mercado?*

Ferreira: A solução de mercado não afasta a penalização dos responsáveis pela má gestão. Nós temos que evitar a quebra de instituições que tenham soluções de mercado, decretando regimes especiais diversos. Mas isso não muda em nada a gravidade de eventuais ilícitos que tenham sido cometidos pelos seus dirigentes.

Valor: *Como é feita a responsabilização dos maus dirigentes bancários nesses casos?*

Ferreira: É preciso garantir a indisponibilidade de bens de ex-administradores, assegurar a punição. O foco da atuação do BC é a tutela da estabilidade e da solidez do Sistema Financeiro em sua dimensão sistêmica. A credibilidade é a base do Sistema Financeiro, que vive dos depósitos de quem confia suas economias a bancos e afins. É preciso ser rigoroso com quem atenta contra esse valor.

Valor: *E como fica a situação dos credores de um banco que foi mal administrado?*

Ferreira: Resguardar credores de boa fé e responsabilizar, com rigor, os maus administradores são duas faces da mesma moeda e o BC, na condição de curador da estabilidade e da confiança no Sistema Financeiro, não vai hesitar em ser o guardião desses valores. (JB)

Fonte: Valor Econômico

Compartilhe:

BC aperta o cerco a mau administrador bancário

Qui, 08 de Novembro de 2012



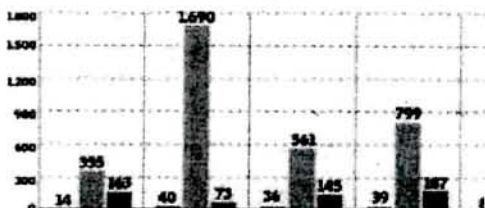
Por Juliano Basile | De Brasília

A inabilitação de dirigentes bancários chegou, neste ano, a um recorde. Desde janeiro, 364 administradores de instituições financeiras foram proibidos de atuar pelo Banco Central e a tendência é a de esse número aumentar ainda mais. Motivo: inspirado no Supremo Tribunal Federal (STF), o BC está exigindo ficha limpa dos administradores de instituições financeiras.

A regra é a de negar a homologação daqueles envolvidos em fraudes ou em condutas indevidas no Sistema Financeiro, além daqueles que respondam a ações judiciais ou a processos administrativos.

Ficha limpa

Penalidades impostas pelo Banco Central aos dirigentes



Essa tendência já foi captada por administradores de bancos que, em resposta, entraram com dezenas de ações contra o BC em pelo menos quatro unidades da Federação - Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nessas ações, eles alegaram que a não homologação para atuar no Sistema Financeiro vai contra o princípio da presunção da inocência pelo qual alguém só pode ser considerado culpado com o trânsito em julgado do processo contra si - fase em que não cabe mais recurso e o dirigente bancário é condenado.

Mas, o BC está ganhando 99% desses processos na Justiça. Na maioria dos casos, os dirigentes não conseguiram sequer liminares para atuar provisoriamente no mercado. Uma das alegações vitoriosas nessas ações é a de que o STF, no julgamento da Lei da Ficha Limpa, decidiu que o princípio da presunção da inocência não é absoluto. Ele tem exceções e uma delas é a de verificar a vida pregressa dos administradores bancários e as condições para que cada um seja habilitado para atuar no mercado.

"A área jurídica do Banco Central conseguiu firmar jurisprudência (entendimento consolidado) nos tribunais de que o BC tem ampla discricionariedade técnica para emitir juízo de valor sobre a boa fama daquele que pretende conduzir, administrar e gerir recursos de instituições financeiras", afirmou ao **Valor** o procurador-geral do BC, Isaac Sidney Menezes Ferreira.

Para completar o cerco aos maus administradores, o BC está atuando como assistente do Ministério Público em ações contra os administradores. Ao todo, há 65 ações em que o BC auxilia o MP na busca de condenações criminais contra ex-dirigentes bancários.

O exemplo mais recente dessa atuação ocorreu em 24 de outubro, quando o BC pediu o ingresso na ação contra os ex-administradores do Banco Panamericano, que tramita na 6ª Vara Criminal, em São Paulo. Nela, a Procuradoria do BC vai ajudar o MP na busca de punição aos ex-dirigentes daquele banco.

"A ação punitiva do Estado na esfera criminal, além de ampliar as perspectivas de indenização dos que tenham sofrido o impacto do ilícito, concorre também para a manutenção da credibilidade do Sistema Financeiro, pois desestimula a administração perniciosa de instituições bancárias", diz a Procuradoria do BC na ação.

Como assistente de acusação, o BC ajudou o MP a ganhar um recurso contra Angelo Calmon de Sá, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), e a obter a prisão de Luiz Octavio Índio da Costa, antigo controlador do Banco Cruzeiro do Sul, que teve os bens declarados indisponíveis pela Justiça.

Desde 2004, o Banco Central determinou mais de 11 mil punições a administradores bancários, como multas, advertências e inabilitações. As inabilitações são as que mais crescem. Elas passaram de 163, em 2004, para 364, neste ano.

Uma das maiores queixas dos administradores inabilitados é quanto ao critério subjetivo que o BC utiliza para avaliá-los: a reputação ilibada. Mas o banco diz que faz uma análise técnica sobre esse critério. "A reputação é um valor jurídico incorporado na análise do BC", diz Isaac Sidney. Segundo ele, a reputação é aferida pelo passado, a fama e a idoneidade dos administradores bancários. "A regra é ter ficha limpa antes, para entrar na instituição, durante - fase em que o BC faz o monitoramento - e depois, período em que aquele que cometeu

Íntegra da sabatina confirma inexperiência de Abdon, indicado pelo governador Agnelo para presidir o BRB

Sex, 09 de Novembro de 2012

O Sindicato dos Bancários reproduz a íntegra da sabatina de Abdon Henrique, indicado pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, para a presidência do BRB, em substituição ao atual presidente Jacques Penna. Pelas respostas do sabatinado à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no último dia 31, pode constatar-se a inexperiência de Abdon e se reafirmar a temeridade cometida pelo governador, pelos membros da comissão e ainda pelos deputados distritais presentes à sessão plenária realizada na terça-feira (6) que aprovou o nome do indicado.

- Confira aqui a íntegra da sabatina.

A demissão do atual presidente, Jacques Pena, ainda não foi explicada pelo governador. Os funcionários do BRB aguardam justificativas, já que os resultados do banco são positivos e a imagem do banco vinha em recuperação e ascensão.

Em respostas evasivas, genéricas em excesso, para um setor extremamente especializado, Abdon demonstra na sabatina não estar a altura de presidir o BRB. Há agora o receio justificado de um esvaziamento do banco e até de uma possível volta dos tenebrosos tempos do uso político e indevido da instituição.

Os funcionários do banco podem verificar na leitura da íntegra da sabatina o risco colocado para o futuro do banco. Agora, passada esta fase da sabatina na CEOF e da votação em plenário da Câmara Legislativa, em que prevalecem os acordos políticos, vamos às etapas mais técnicas: a avaliação pelo Conselho de Administração do BRB e por fim, se for o caso, a apreciação pelo Banco Central.

Nestas fases, o Sindicato dos Bancários de Brasília e os funcionários do banco esperam que seja feita análise criteriosa, visando preservar o banco de aventuras que possam colocar em risco sua sobrevivência.

Da Redação

Compartilhe:

GDF ignora rito e legislação, e tenta impor nome para o BRB

Qua, 14 de Novembro de 2012

De forma inusitada e surpreendente, o Governo do Distrito Federal (GDF) atropelou um rito sempre seguido na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) quando da indicação de nomes para compor a diretoria do BRB, e ainda a legislação que regula a indicação e posse de membros para a direção de empresas financeiras.

Na mensagem do governador submetendo o nome de Abdon Henrique à CLDF (veja fac-símile), o mesmo não anexou o currículo do indicado (exigência legal), e mesmo atropelando esta necessidade, numa clara demonstração de desrespeito àquela Casa, os parlamentares da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e o plenário aprovaram a indicação, embora tivesse ficado patente a incapacidade demonstrada na sabatina ocorrida no CEOF, conforme pode ser verificado na transcrição desta.

Passada esta fase de análise política, na CEOF e depois no plenário da Câmara Legislativa, agora o nome de Abdon seguirá para a análise do Conselho de Administração (Consad) do BRB, a quem cabe elegê-lo ou não, antes de submeter o nome ao Banco Central (Bacen).

A Lei das SA (Lei nº 6.404/1976), que regula empresas de capital aberto (caso do BRB) em seu artigo 117, estabelece que o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder, e a letra 'd' do parágrafo primeiro da mesma lei elenca como ato de abuso de poder 'eleger administrador ou fiscal que se sabe inapto, moral ou tecnicamente'. A recusa do governo em apresentar o currículo de Abdon, aliado ao seu desempenho na sabatina da CEOF, são indícios que demonstram sua incapacidade técnica para o cargo para o qual foi indicado.

O regulamento anexo à resolução 4.122 do Bacen, em seu artigo 5º parágrafo 1º, estabelece a capacitação técnica de que trata o caput deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pelas instituições referidas no artigo 1º, submetidos à avaliação do Bacen concomitantemente à documentação prevista no artigo 4º.

Por esta resolução, fica claro que o governo ignora a legislação e tenta, em um ato de força, impor um nome que não responde aos requisitos para a envergadura do cargo. Abdon não possui experiência em empresas financeiras, e há indício de que não possui formação acadêmica.

Sindicato cobra responsabilidade

Como a avaliação e a eleição do nome indicado pelo governador para posterior envio ao Bacen é prerrogativa intransferível do Consad, essa situação lhe impõe uma responsabilidade imensa, que foi ignorada pela Câmara Legislativa: fazer uma análise à luz da legislação, dando uma resposta técnica, pois se trata da gestão de um banco. O primeiro ato deve ser, tão logo receba a indicação, exigir a apresentação do currículo do indicado para que o nome seja apreciado, exigência ignorada até agora pelo GDF. E de posse do currículo, observar a legislação pertinente, e tomar uma decisão técnica. Caso contrário, poderá responder pelo ato na forma do que prevê a legislação.

O Sindicato e os funcionários do BRB esperam sensatez, independência e profissionalismo na avaliação do Consad para matéria tão relevante para o futuro do banco.

Da Redação

Compartilhe:

ÉPOCA

CLIQUE E VEJA QUAIS OS MELHORES
PLANOS E APARELHOS PRA VOCÊ.

HOME BRASIL CIÊNCIA & TECNOLOGIA CULTURA MUNDO NEGÓCIOS SAÚDE & BEM-ESTAR SOCIEDADE REVISTA ASSINE

Aplicativos Últimas Notícias Eleições nos EUA Mensalão Especial Cidades Nossa Missão Princípios Editoriais

FELIPE PATURY



Felipe Patury, Leonel Rocha e Igor Paulin publicam notícias inéditas e relevantes de política, economia, negócios e entretenimento.

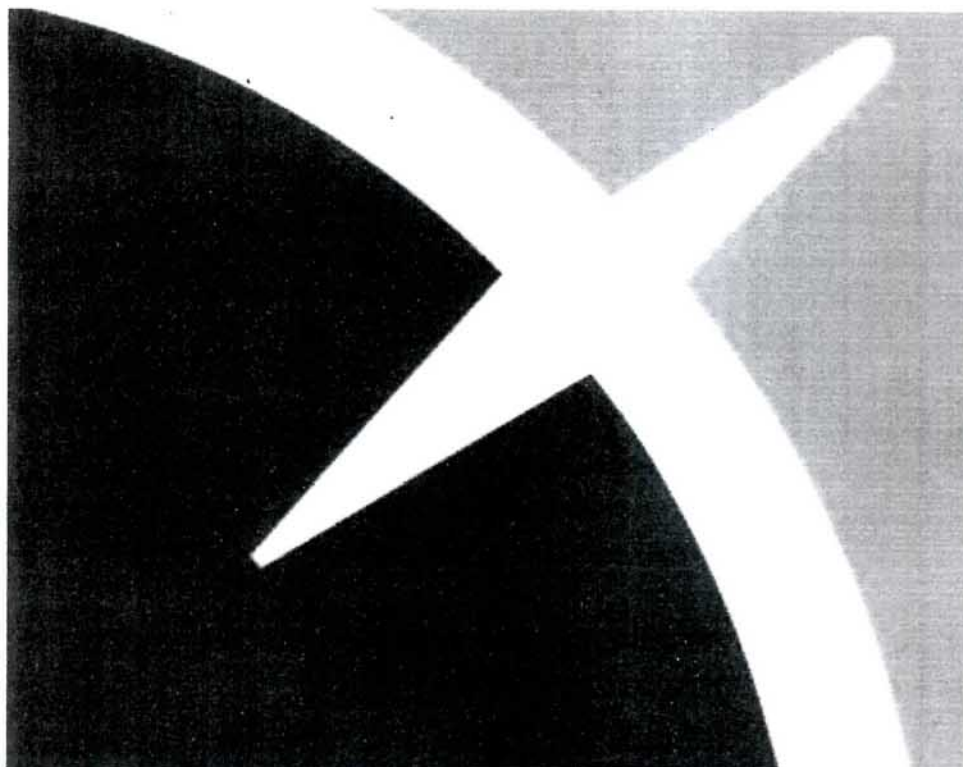
Follow @felipecatury 5.549 followers

Conselho do BRB resiste a indicação do novo presidente do banco

13:20, 21 de November de 2012

leonel rocha

Negócios Tags: [Abdon Araújo](#), [BC](#), [BRB](#), [Jaques Pena](#)



O conselho de administração do [Banco Regional de Brasília](#), presidido pelo secretário da Fazenda do DF, analisa na tarde desta quarta-feira a indicação, pelo governador [Agnelo Queiroz](#), do comerciante [Abdon Henrique de Araújo](#), para presidir o banco estatal em substituição a [Jaques Pena](#). A indicação foi aprovada por 17 dos 23 deputados distritais há mais de duas semanas, mas Abdon não apresentou currículo compatível com as exigências de resoluções e portarias do [Banco Central](#) para o cargo. Na segunda feira o conselho do BRB suspendeu a decisão e pediu informações

complementares ao indicado para decidir se aprova ou não o seu nome. Entre os pré-requisitos legais está a conclusão de curso superior, por exemplo, além da experiência como executivo do setor financeiro. Abdon foi tesoureiro de campanha de Agnelo Queiroz e, se tiver o nome aprovado pelo BC, vai gerir um patrimônio de R\$ 1 bilhão, ativos de R\$ 10 bilhões, administrar a folha de pagamento dos funcionários do DF e uma carteira com 400 mil clientes.

Saiba mais:

BRB é o recordista de reclamações na CPI do Cachoeira
PT quer BRB como banco de desenvolvimento

Curta nossa página no FACEBOOK

Siga-nos no TWITTER

Leonel Rocha

Metade do conselho de administração rejeita nome indicado para presidir BRB

Thu, 22/11/2012

leonel rocha

Negócios Tags: [Abdon de Araújo](#), [Agnelo Queiroz](#), [Banco Central](#), [BRB](#), [Jaques Pena](#)



Com apenas três votos a favor de um total de seis, o conselho de administração do Banco Regional de Brasília aprovou ontem o nome do comerciante [Abdon Henrique de Araújo](#) para presidir a instituição em substituição a [Jaques Pena](#). Indicado pelo governador [Agnelo Queiroz](#), o nome de Abdon ainda precisa ser confirmado pelo [Banco Central](#). Metade do conselho do BRB teve dificuldade em aprovar o nome por falta de atribuições técnicas do candidato exigidas na lei e nas resoluções e portarias do BC, entre elas curso superior e experiência na gestão de instituições financeiras. No currículo, ele apresentou como credenciais ao cargo viagens ao exterior, inaugurações de batalhões da PM, itens do programa de governo que disse elaborar e reuniões com a direção do BNDES. O comerciante Abdon foi tesoureiro da campanha do governador.

Saiba mais:

[Conselho do BRB resiste a indicação do novo presidente do banco](#)

[A receita de Agnelo para o BRB](#)

[Curta nossa página no FACEBOOK](#)

[Siga-nos no TWITTER](#)

Leonel Rocha

Metade do Conselho de Administração do BRB reprova indicação de Abdon para presidir o banco

Sex, 23 de Novembro de 2012

Estranho e inusitado. Não bastasse a suspensão da reunião de segunda-feira (19) do Conselho de Administração (Consad) do BRB, cuja única pauta era a avaliação e votação da indicação de Abdon Henrique pelo governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, para a terceira presidência do banco em seu mandato, reunião esta retomada na quarta (21), seu resultado evidencia o grau de insegurança e questionamento dada a patente busca improvisada de elementos e documentação para um nível mínimo de currículo.

Dos seis votos, apenas três foram a favor, o que, pela regra estatutária do Consad do BRB, permitiu a eleição de Abdon Henrique à presidência do banco no limite. O que revela, para as atribuições e a responsabilidade do órgão de administração superior, uma dificuldade sintomática.

Em condições normais, não se deveria forçar assim a eleição de um presidente do BRB sem maior convencimento e esclarecimento. Situação essa que deve ser considerada pelo Banco Central, órgão responsável pela homologação do nome de Abdon Henrique, observado o prazo de avaliação pública para eventuais protestos oriundos da sociedade e da cidadania.

Terá havido mais pressão e açamento do governo do DF para bancar tal modo de aprovação?

Quais são os detalhamentos para esse grau inédito de reserva e divisão dentro do órgão estatutário que deve zelar pelo lastro técnico-profissional dos diretores do banco, cuja eleição é de sua competência?

O Sindicato considera esse resultado mais um fator relevante a atestar que a indicação, agora eleição, não é apropriada.

O Sindicato continuará atento e tomará as providências cabíveis ao seu alcance para assegurar a boa gestão institucional e o interesse público, bem como o dos bancários.

Da Redação

Compartilhe:

Valor Econômico: BRB pede e Justiça bloqueia cotas de fundo

Seg, 26 de Novembro de 2012

Em sua edição desta segunda-feira (26), o jornal Valor Econômico publicou reportagem sobre a operação de aquisição de títulos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que provocou prejuízo de mais de R\$ 130 milhões ao BRB, operação esta realizada no auge da operação Caixa de Pandora, nos momentos finais da gestão de Ricardo Vieira, último presidente indicado pelo governador Arruda para a presidência do banco.

Confira, abaixo, a íntegra da reportagem.

BRB pede e Justiça bloqueia cotas de fundo

Uma briga judicial vencida liminarmente em duas instâncias pode fazer do Banco de Brasília (BRB) sócio minoritário indireto em negócios do empresário Antônio José de Almeida Carneiro. AJAC, como é conhecido, detém a maior parte do capital da Energisa, dona de cinco distribuidoras de energia elétrica no país; é controlador indireto da João Fortes Engenharia, construtora e incorporadora de imóveis com atuação nacional; e também da Log Print Gráfica e Logística, controladora da Print Laser.

Nos três empreendimentos, o banco do governo do Distrito Federal poderá ter um pequenina fatia por intermédio do fundo de investimento em participações (FIP) da Serra, no qual AJAC e a esposa, Maria Lucia Carneiro, são atualmente os únicos cotistas. A Justiça do DF mandou bloquear, em favor do banco, R\$ 155,28 milhões em cotas do fundo, ao deferir pedido de indisponibilidade de bens em ação movida contra o empresário.

Na ação, o BRB pede rescisão de um contrato de compra e venda de créditos imobiliários firmado em novembro 2009 e o ressarcimento, em valores corrigidos, da quantia paga a AJAC. O valor apurado para fim de setembro deste ano foi o bloqueado. O empresário tentou reverter a liminar obtida pelo BRB em primeira instância. Em decisão publicada na semana passada, a desembargadora Ana Maria Brito, do Tribunal de Justiça do DF, indeferiu o recurso.

O patrimônio líquido do FIP da Serra somava R\$ 2,6 bilhões em setembro. Não havendo pagamento do montante reclamado, o BRB pode pedir a transferência definitiva da titularidade das cotas bloqueadas, disse ao Valor o consultor jurídico do banco Romes Ribeiro. "Vamos dar ao processo a sequência necessária à recuperação do ativo", confirmou o presidente do BRB, Jacques Pena, convicto de que a ação será vencida no mérito, ainda não julgado. Mantida a situação de setembro, o banco ficaria dono de 6% do FIP.

O conflito judicial surgiu porque, em 2011, a Caixa Econômica Federal recusou-se a reconhecer os créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) que o BRB tinha comprado de AJAC em 2009. A Caixa é operadora do FCVS, cujos passivos são, em última instância, do Tesouro Nacional.

O FCVS é o fundo que arcou com saldos devedores residuais de quem tinha financiamento habitacional e foi beneficiado por subsídios implícitos dados pelos planos de estabilização econômica nas décadas de 1980 e 1990. Os planos fizeram com que as prestações se tornassem insuficientes para quitar dívidas de contratos com garantia de cobertura pelo FCVS. O fundo ficou devendo dezenas de bilhões de reais aos bancos, que venderam parte desses créditos no mercado secundário.

Um pedacinho disso foi parar nas mãos de AJAC e revendido ao BRB por R\$ 97,686 milhões, 15,8% abaixo do valor de face da época. Em 2011, quando o banco tentou fazer a novação dos créditos, a fim de substituí-los por títulos do Tesouro Nacional, a Caixa alegou que a dívida não existia mais. Justificou que o saldo estava zerado por causa de antecipações ao credor original, o antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj).

Com a privatização do Banerj, comprado pelo Itaú em 1997, os créditos contra o FCVS ficaram com o BERJ, parte do antigo banco que remanesceu sob controle do Estado. Segundo informações do processo movido pelo BRB, do BERJ foram para o mercado e, antes de comprados por AJAC, passaram pela empresa Tetto SPE5.

O Postalis, fundo de previdência dos empregados dos Correios, também comprou créditos imobiliários oriundos do BERJ que a Caixa depois se negou a reconhecer. A Caixa denunciou os dois casos como fraude no fim de 2011, levando a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) a abrir investigações ainda em curso.

Ao mesmo tempo, a Caixa admitiu que uma falha no sistema de controle do FCVS propiciou a venda de créditos já pagos. Entre setembro de 2008 e fins de 2010, a informação sobre valores antecipados ficou desvinculada dos extratos dos credores, fazendo crer que não havia gravame sobre os créditos. Em função disso, o Postalis está processando a Caixa na Justiça.

Ainda assim, AJAC reconhece que o contrato com o BRB lhe obriga a ressarcir o banco por qualquer motivo que impeça a novação dos créditos. Em carta juntada ao processo, ele afirma a disposição de fazer o distrato e devolver o valor recebido em 2009 corrigido. A carta, do fim de 2011, fala em correção pela Taxa Referencial apenas. A Justiça do DF atualizou o valor pela inflação do INPC mais juros de 1% ao mês. O valor original, de R\$ 97,686 milhões, no entanto, é incontroverso, embora ainda não tenha sido pago, levando o BRB a reclamar judicialmente o total.

Na mesma correspondência, o empresário diz ter "plena convicção da ilicitude de qualquer movimento da Caixa" no sentido de bloquear os créditos. Conforme ele, a operadora do FCVS teria bloqueado os créditos para garantir pagamento de dívidas do BERJ com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do qual também é operadora. Porém, segundo AJAC, "não existe fundamento jurídico" nisso porque os créditos contra o FCVS "não estão caucionados em garantia de dívida confessada pelo BERJ".

Procurada pela reportagem, a Caixa disse, em nota, que não figurou como parte ou interveniente em quaisquer dos negócios de cessão de créditos e acrescentou que "os vendedores (cedentes) eram conhecedores de sua real condição". Disse ainda que prossegue com as medidas para resguardar o patrimônio do FCVS. Além de acionar Justiça, PF e MPF, a instituição abriu processo disciplinar interno, em curso, e multou uma empresa prestadora de serviços pelo erro de sistema que propiciou a suposta fraude.

Fonte: Valor Econômico

Compartilhe:

1

< Anterior

Próximo >

BRB: uma história de luta e RESISTÊNCIA

Os funcionários do BRB têm uma história de luta e de resistência posta à prova há muito tempo. Já resistiram à sanha privatista do governo FHC. Aos desmandos de Roriz. À loucura despropositada de Arruda com seus sete presidentes e uma tentativa vã de vender o banco a qualquer custo... E resistirá também às iniciativas incompreensíveis do governo Agnelo.



TREZE PARA O BRB - BANCO DE BRASÍLIA

Ao candidato a governador do DF, AGNELO QUEIROZ
(Coligação *Um novo Caminho*)

Contribuição do Sindicato dos Bancários de Brasília ao programa de governo em relação ao BRB.

- 1) Manutenção e fortalecimento do BRB enquanto banco público do DF.
- 2) Banco múltiplo lucrativo e comercialmente eficiente, ajustado e focado enquanto agente financeiro para o desenvolvimento econômico e social, inserido com prioridade e transversalidade no projeto e planejamento governamental.
- 3) Compôr a diretoria do banco com profissionais qualificados técnica e moralmente, preferencialmente a partir dos quadros da própria empresa. Critérios extensivos aos dirigentes das empresas do grupo, bem como aos membros dos conselhos.
- 4) Valorização, em todos os sentidos, dos trabalhadores e trabalhadores do BRB. Respeito e diálogo como valores permanentes de relacionamento.
- 5) Responsabilidade e transparência como princípios para as negociações coletivas.
- 6) Paridade nas diretorias executivas da Regiús (fundo de pensão) e BRB-Saúde (caixa de assistência), preenchida por eleição direta. Melhor critério de governança, até porque o custeio é paritário (banco/funcionários).
- 7) Contratação de novos burocratas até alcançar a dotação necessária.
- 8) Efetiva responsabilidade social e ambiental, incluída a co-responsabilidade com os trabalhadores terceirizados e estagiários.
- 9) Rever e ajustar os contratos com terceiros.
- 10) Intensificar a prevenção e a resolução de casos de assédio moral, com rapidez e transparência, com medidas que preservem um bom clima organizacional.
- 11) Ampliar política de saúde do trabalhador.
- 12) Sensibilidade para as questões específicas dos aposentados.
- 13) Apuração de toda e qualquer irregularidade que tenha ferido a moralidade administrativa e a boa técnica bancária.

Rodrigo Lopes Brito
Presidente

Atenciosamente,

André Matias Nepomuceno
Secretário-geral

No fac-símile ao lado, estão os treze compromissos em relação ao BRB assumidos pelo então candidato Agnelo Queiroz, em evento ocorrido na sede do Sindicato dos Bancários de Brasília, diante de funcionários do banco, no dia 31 de julho de 2010.

Analisando cuidadosamente todos, podemos afirmar sem sombra de dúvidas que, em que pese o mau desempenho em outras áreas, o governo de Agnelo veio cumprindo esses compromissos até dia 16 de outubro de 2012, embora neste interim tenha promovido uma mudança brusca na presidência do BRB, a própria troca de Edmilson Gama por Jacques Pena. Porém, foi uma troca de uma pessoa realmente capacitada por outra também capacitada.

Essa data, 16 de outubro, marcou a demissão do presi-

dente Jacques Pena, o que poderia ser fato irrelevante não fosse ele carregado de simbolismo pelo que representou. E para termos esta convicção, é preciso analisarmos alguns fatos.

Primeiro, a demissão de Edmilson Gama teve como estopim a negativa dele de compactuar com a indicação de nomes 'perigosos' para a direção de empresas do conglomerado BRB, mais precisamente da Corretora de Seguros, foco de desmandos em governos passados, e espaço cobiçadíssimo por 'aliados heterodoxos do governador' por ser uma empresa em que, caso se queira, é fácil fazer corrupção.

Agora, mais uma demissão inexplicada, que abre brechas para se fazer ilações, inclusive, o de que fatos como o que contribuíram para a demissão de Edmilson também foram o estopim para a de Jacques Pena.

O fato é que há uma cobiça enorme pelo que o BRB representa sob o aspecto do que se pode fazer de negociações, e isso é o que preocupa sobremaneira o conjunto de funcionários do banco, e, por conseguinte o Sindicato dos Bancários.

É isso que faz com que o Sindicato e os funcionários tenham a convicção de que o governador rasgou o compromisso assumido naquele já longínquo 31 de julho de 2010, pois evoca práticas de governos passados, em especial os de Roriz e Arruda. De Roriz com um presidente preso por corrupção (Tarcísio Franklin, que coincidentemente também foi tesoureiro de campanha dele), e de Arruda com uma profusão de presidentes, impondo uma descontinuidade administrativa danosa para o banco, tendo também um deles sido preso por corrupção em 2007 durante a Operação Navalha da Polícia Federal. Então presidente do BRB, Roberto Figueiredo foi preso sob acusação de integrar uma quadrilha que fraudava licitações públicas em obras federais de todo o país. Na mesma operação foi preso o deputado distrital Pedro Passos (PMDB) e outras 41 pessoas em vários Estados.

Ocorre que Agnelo veio, em suas palavras e compromissos, para inverter essa lógica perversa. Isso vinha sendo posto em prática; porém, com os últimos movimentos do governador, não podemos mais afirmar que essa será a prática daqui por diante.

A ameaça BMG

Outro aspecto que paira como uma sombra escura sobre o banco, e talvez possa ter sido mais um elemento a desgastar o presidente Jacques Pena, tenha sido sua tenaz oposição à abertura do consignado ao banco BMG, famoso por financiar times brasileiros cujos cartolas constantemente estão envolvidos em denúncias que, invariavelmente, ficam sem explicação.

Houve rumores de que executivos deste banco teriam se encontrado com agentes do governo, para tratar da abertura do consignado dos servidores do GDF a esta instituição. A concorrência é salutar, e o Sindicato a defende. Porém, este não é ainda o momento em que o BRB pode abrir mão deste portfólio de clientes face ao peso desempenhado por ele na composição da carteira do banco. Ademais, o BRB foi pioneiro na redução das taxas de juros, especialmente do consignado. Oferece este produto com taxas muito melhores que as praticadas por aquele banco, e o que se deve é o governo contribuir na divulgação disso.



Bancários em defesa do BRB na Câmara do DF em novembro de 2007

Caso tenha realmente ocorrido as conversas entre o governo e o BMG, a postura de Jacques certamente desagradou aos executivos desse banco, que provavelmente fizeram chegar aos ouvidos do governador sua insatisfação. O que isso significa, fica para a imaginação de cada um.

O que o Sindicato tem convicção é que a abertura do consignado para o BMG, ou qualquer outra instituição neste momento em que o banco cuida, e muito bem, de assegurar esta clientela do GDF, é absolutamente trabalhar pelo enfraquecimento do BRB.

O indicado por Agnelo

Na última quarta-feira, 31 de outubro (coincidentemente Dia das Bruxas), houve a sabatina do indicado pelo governador para ocupar o lugar de Jacques Pena na presidência do BRB. O que se pôde depreender das respostas de Abdon na sabatina é que foi um verdadeiro festival de lugares comuns, vazias de conteúdo e desconectadas do universo que envolve uma instituição financeira do porte e da importância do BRB, um legítimo show de horrores para quem se preocupa com o futuro do banco, algo digno de um perfeito "halloween". Isto só enfatiza e reforça a postura de descompromisso do governador para com o banco. A própria mensagem do governador indicando o "eleito" à Câmara Legislativa do DF dá os indícios de como a postura do governador é uma temeridade: nenhuma experiência na gestão de empresa financeira ou algo similar, inclusive sequer currículo foi anexado à mensagem, fato inusitado e que por si só coloca o banco em uma situação insólita e faz com que cada funcionário do BRB se pergunte: e então, quem

administrará o banco?

Estranho que os deputados da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) tenham aprovado o nome dele com tantas evidências de inexperience. Isto deixa transparecer que o que houve foi um grande acerto político. Isto faz com que, a partir deste fato, os digníssimos deputados da Comissão da CLDF também se responsabilizem pela indicação, dividindo com o governador, no mínimo, esta grande despreocupação para com o banco. Os que "avalizaram" a indicação do governador foram os deputados Agaciél Maia, Cláudio Abrantes, Wany de Roure, Benedito Domingos e Eliana Pedrosa.

O nome do indicado tem de passar pelo crivo do plenário da CLDF, e espera-se que este plenário tenha um comportamento responsável na análise da matéria, e repare o que foi feito pela comissão.

A responsabilidade do Consad

Embora o nome do indicado tenha que passar pelo plenário da Câmara, o ocorrido na CEOF dá uma indicação do que pode ocorrer. Ali naquela casa, pelo visto e acontecido em relação a outras matérias postas em votação, o que vale são os acordos políticos (algo compreensível).

Diante dessa possibilidade, caberá ao Conselho de Administração do Banco ter uma postura de altivez, à altura do que merece uma instituição como o BRB, que há 46 anos presta um serviço de excelência ao povo do DF.

O Consad, como órgão máximo da estrutura de governança do banco, deve se posicionar de maneira ativa e evitar a temeridade já come-

tida pelo governador e pela CEOF da CLDF, o que se espera que seja corrigido pelo plenário da Câmara, evitando inclusive a ida do nome de Abdon para o Consad.

O que dirá o Bacen?

Por fim, caso todas as instâncias anteriores citadas aprovelem o nome do indicado, ainda restará à autoridade monetária do país a responsabilidade de evitar que se consuma a posse do indicado, na medida em que, de acordo com a resolução 4122 de 2 de agosto de 2012, emanada do próprio Bacen, exige-se do eleito pelo Consad, além de conduta ilibada, experiência e capacidade técnica comprovadas para a gestão de um banco. Fato não demonstrado pelo governo que o indicou e também pelo próprio na sabatina ocorrida na CLDF.

Os funcionários e a sociedade?

Embora haja todo este trâmite para que haja a posse do indicado pelo governador, acontecimentos recentes causam extrema preocupação: a posse de indicados em passado recente como Tarcísio Franklin, Roberto Figueiredo (o Betinho, indicado por Arruda e preso) que foram aprovados em todas as instâncias e saíram presos do banco, envolvidos em crimes de corrupção.

Desta forma, em última análise, os agentes imprescindíveis na luta para se evitar esta temeridade são os funcionários do BRB, obviamente organizados pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, e apoiados por diversos órgãos da sociedade civil organizada. Estes certamente não fugirão à sua responsabilidade que já foi por demais demonstrada, deixando patente que, independentemente de coloração governamental, não medirão esforços para proteger um patrimônio que tem dono: O POVO DE BRASÍLIA. E responsável direta e indiretamente por mais de 4.000 empregos aqui no DF.

O governador pode ter certeza que, quem enfrentou FHC, Roriz, Arruda, não se intimidará em enfrentar Agnelo. O que está em jogo é a sobrevivência do BRB, que é objeto de discurso de muitos, porém não figura como prioridade de muitos que hoje ocupam os espaços de poder em Brasília.

GDF ignora rito e legislação, e tenta impor nome para o BRB

De forma inusitada e surpreendente, o Governo do Distrito Federal (GDF) atropelou um rito sempre seguido na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) quando da indicação de nomes para compor a diretoria do BRB, e ainda a legislação que regula a indicação e posse de membros para a direção de empresas financeiras.

Na mensagem do governador submetendo o nome de Abdon Henrique à CLDF (veja fac-símile ao lado), o mesmo não anexou o currículo do indicado (exigência legal), e mesmo atropelando esta necessidade, numa clara demonstração de desrespeito àquela Casa, os parlamentares da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e o plenário aprovaram a indicação, embora tivesse ficado patente a incapacidade demonstrada na sabatina ocorrida no CEOF, conforme pode ser verificado na transcrição desta.

Passada esta fase de análise política, na CEOF e depois no plenário da Câmara Legislativa, agora o nome de Abdon seguirá para a análise do Conselho de Administração (Consad) do BRB, a quem cabe elegê-lo ou não, antes de submeter o nome ao Banco Central (Bacen).

A Lei das SA (Lei nº 6.404/1976), que regula empresas de capital aberto (caso do BRB) em seu artigo 117, estabelece que o acionista controlador responde pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder; e a letra 'd' do parágrafo primeiro da mesma lei elenca como ato de abuso de poder 'eleger administrador ou fiscal que se sabe inapto, moral ou tecnicamente'. A recusa do governo em apresentar o currículo de Abdon, aliado ao seu desempenho na sabatina da CEOF, são indícios que demonstram sua incapacidade técnica para o qual foi indicado.

O regulamento anexo à resolução 4.122 do Bacen, em seu artigo 5º parágrafo 1º, estabelece a capacitação técnica de que trata o caput deve ser comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos julgados relevantes, por intermédio de documentos e declaração firmada pelas instituições referidas no artigo 1º, submetidos à avaliação do Bacen concomitantemente à documentação prevista no artigo 4º.

Por esta resolução, fica claro que o governo ignora a legislação e tenta, em um ato de força, impor um nome que não responde aos requisitos para a envergadura do cargo. Abdon não possui experiência em empresas financeiras, e há indício de que não possui formação acadêmica.

Sindicato cobra responsabilidade

Como a avaliação e a eleição do nome indicado pelo governador para posterior envio ao Bacen é prerrogativa intransferível do Consad, essa situação lhe impõe uma responsabilidade imensa, que foi ignorada pela Câmara Legislativa: fazer uma análise à luz da legislação, dando uma resposta técnica, pois se trata da gestão de um banco. O primeiro ato deve ser, tão logo receba a indicação, exigir a apresentação do currículo do indicado para que o nome seja apreciado, exigência ignorada até agora pelo GDF. E de posse do currículo, observar a legislação pertinente, e tomar uma decisão técnica. Caso contrário, poderá responder pelo ato na forma do que prevê a legislação.

O Sindicato e os funcionários do BRB esperam sensatez, independência e profissionalismo na avaliação do Consad para matéria tão relevante para o futuro do banco.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 3469 /2012-GAG

Brasília, 30 de outubro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para encaminhar à apreciação dessa Casa, nos termos do art. 60, inciso XXXV, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a indicação do Sr. ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO para ocupar o cargo de Presidente do Banco de Brasília - BRB.

Filho de Cicero Henrique de Araújo e Maria Lige de Araújo, natural de Igarapé e nascido em 1945, o indicado tem papel destacado no meio empresarial e já desempenhou várias funções na Administração Pública no meu Governo e no Governo de Cristóvão Buarque, como ainda em instituições privadas, como as seguintes:

- 1) Presidente da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga;
- 2) Conselheiro Nato da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga;
- 3) Primeiro Vice-Presidente da Confederação das Associações Comerciais;
- 4) Membro da Academia Taguatinguense de Letras;
- 5) Administrador Regional do Lago Sul por dois períodos;
- 6) Administrador Regional de Taguatinga;
- 7) Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado PATRÍCIO

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por se tratar de pessoa conhecida em nossa cidade e com experiência de gestão, creio que Abdon possui as qualidades técnicas necessárias ao desempenho do cargo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

AGNELO QUEIROZ
Governador